

11 JUN 1996

'Temos de buscar a qualidade'

Acácio Pinheiro/2.9.95

MÔNICA PRADO
Editora-assistente

Em busca de qualidade para o ensino de graduação nas faculdades públicas e privadas do país, o ministro da Educação, Paulo Renato, instituiu o exame obrigatório de final de curso. Mesmo mal visto pelos alunos, Paulo Renato não se intimida: "temos de buscar a qualidade destes cursos porque muitos são de exploração da população".

Os alunos das faculdades públicas e privadas do Distrito Federal que cursam Administração, Direito e Engenharia Civil farão, em novembro, teste de final de curso, a exemplo dos colegas do Brasil inteiro. "O diploma, o aluno obterá de qualquer maneira, independente do resultado. O exame tem consequência para a instituição", comenta o ministro.

PAS - Paulo Renato olha com desconfiança o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB) mas quer criar um exame nacional voluntário de 2º grau que possa ser usado como critério para ingresso nas universidades. "As universidades poderão tomar o resultado do exame nacional como um dos critérios de ingresso, poderá fazer outras provas e fazer entrevistas", afirma. Confiante, acredita que ainda este ano possa começar a pagar, no mínimo, R\$ 300,00 aos professores de todo o país, depois de aprovado pelo Congresso o projeto 233/95 que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.

Jornal de Brasília - Por que o Ministério da Educação quer o obrigar os alunos a fazerem prova no final do curso de graduação?

Paulo Renato - O diploma no Brasil, não é um documento acadêmico, é um documento profis-

sional. Ele dá direito ao exercício da profissão. Bom número de pessoas, que fazem faculdade, pagam caro pelo diploma e terminam nas mesmas profissões anteriores para as quais não se requer diploma. O Conselho Nacional de Educação introduziu a idéia do cadastramento das instituições baseado em avaliação de qualidade. Muitos destes cursos de graduação são de exploração da população. Por isso é que resolvemos fazer o exame com os alunos no último ano. O exame tem consequência para a instituição.

Jornal de Brasília - Quando começam os exames?

Paulo Renato - Em novembro deste ano já teremos os exames para as carreiras de Direito, Administração e Engenharia Civil em todas as faculdades públicas e privadas do país. Quem não se submeter ao teste não recebe diploma. Mas o aluno o recebe independente da nota, que não constará do histórico escolar. Para cada uma das carreiras foram nomeadas comissões, constituídas por especialistas das universidades e também por membros dos conselhos profissionais. As questões serão elaboradas com base nos currículos escolares.

Jornal de Brasília - Quais as restrições que o senhor faz ao Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília

"Hoje não existe orçamento, orçamento é ficção. A universidade deve ter orçamento para que se auto-administre"

(UnB)?

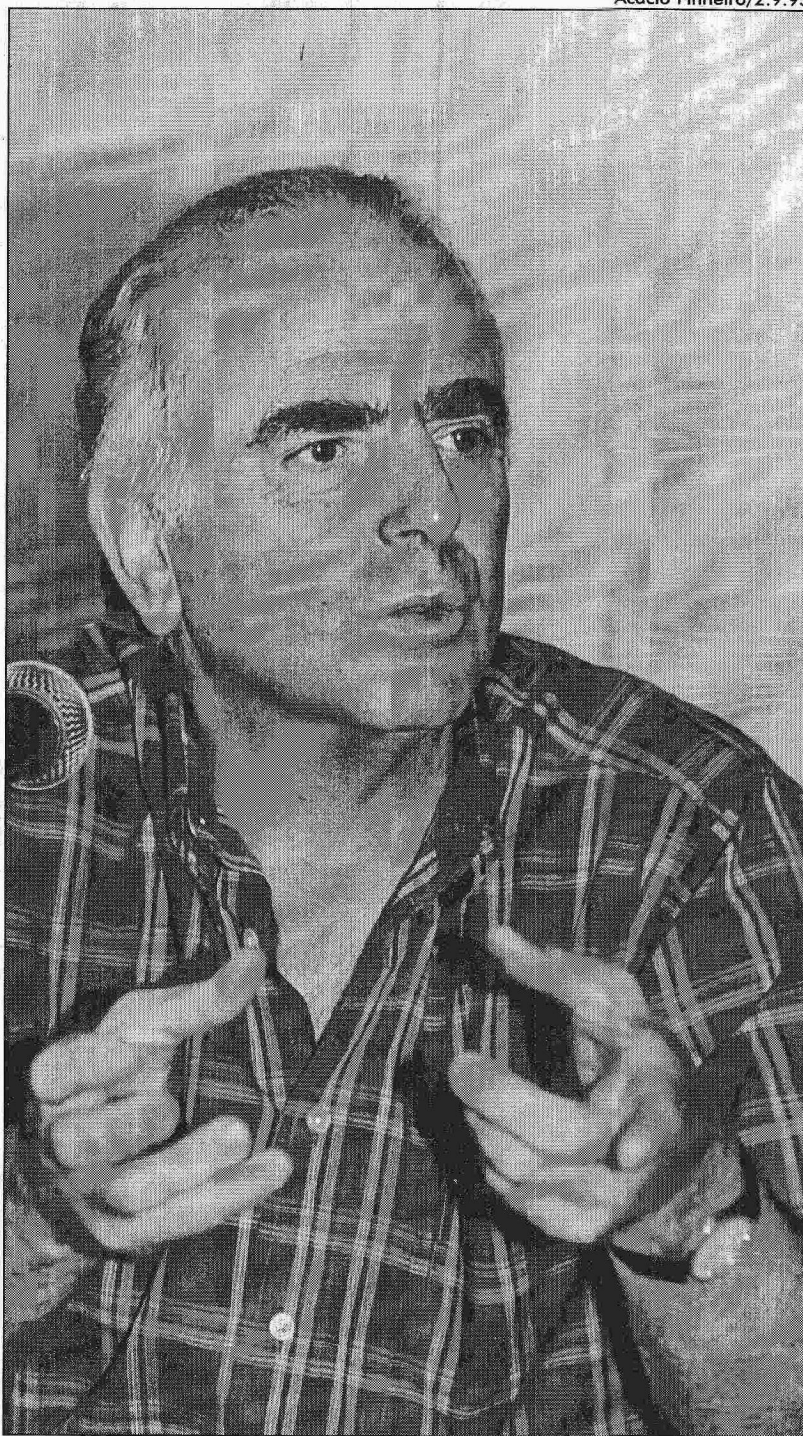
Paulo Renato - O PAS é uma idéia interessante mas tenho dúvidas conceituais. Uma universidade não é regional, é nacional. Se faço exames nas escolas de Brasília, estou regionalizando, estou limitando e oferecendo um pri-

vilégio aos alunos das escolas de Brasília sobre a Universidade de Brasília que é mantida pela União para o Brasil. O processo da UnB não tem respaldo legal, porque a lei (5.540) determina que o ingresso na universidade seja feito por vestibular. A nova LDB do Darcy Ribeiro vai permitir o que a UnB está fazendo, porque o ingresso passará a ser por processo seletivo.

Jornal de Brasília - Quais as mudanças que o Ministério quer para o 2º grau?

Paulo Renato - A proposta é criar um núcleo comum básico para as três séries do 2º grau e a possibilidade de ir diversificando em função dos interesses e das aptidões dos alunos ao longo dos demais anos. A idéia é diversificar em quatro ou cinco áreas, ainda não definidas. Na primeira série teríamos apenas matérias do núcleo comum, na segunda, 70% de núcleo comum e 30% diversificado, na terceira, 50% de núcleo comum e 50% diversificado. Além disso, vamos instituir um exame nacional voluntário de 2º grau. O resultado do exame nacional pode-

"O Congresso quis demonstrar oposição ao projeto ao aprovar a aposentadoria especial para os professores universitários"



Paulo Renato reconhece que muitos cursos exploram a população

rá ser um dos critérios para ingresso nas universidades e elas poderão fazer outras provas, inclusive entrevistas.

Jornal de Brasília - Que projeto de autonomia se quer para as universidades?

Paulo Renato - Hoje não existe orçamento, orçamento é ficção. A universidade deve ter orçamento para que se auto-administre. O que a universidade poderá receber de recursos com a autonomia vai depender do que ela faz. A universidade vai receber um orçamento básico e o extra só será liberado com base em projetos.

Jornal de Brasília - Um dos problemas da autonomia é o que fazer com a folha dos inativos que muitas vezes supera a dos ativos?

Paulo Renato - A proposta do Ministério é muito clara. Os inativos atuais ficam fora, os futuros ficam dentro. A universidade será obrigada a criar fundo de pensão, será obrigada a ter critérios mais rigorosos para aposentadoria. Até a data em que sair a autonomia, os inativos atuais são assumidos a fundo perdido pelo Tesouro Nacional.

Mas daqui para frente, as aposentadorias ficam por conta das universidades.

Jornal de Brasília - Mas como exigir isso das universidades se os critérios para a aposentadoria são os mesmos para todos os servidores?

Paulo Renato - Por isto é que temos de tirar os professores do Regime Jurídico Único. Sou contra a aposentadoria especial. Os reitores também e a própria entidade dos docentes não incluiu a reivindicação na pauta de negociação. O Congresso quis demonstrar oposição ao projeto ao aprovar a aposentadoria especial para os professores universitários.

Jornal de Brasília - E os salários dos professores?

Paulo Renato - O que enviamos ao Congresso Nacional é um fundo que recolhe 15% de toda a arrecadação de estados e municípios e redistribui de acordo com o número de alunos. E aí quando não se chegar a R\$ 300,00 por professor, a União completa sem tirar de quem já gasta mais. A votação da projeto em segundo turno na Câmara dos Deputados deve acontecer esta semana. No Senado, a aprovação deve ser ainda mais tranquila até porque os governadores apoiam o projeto 233/95 que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério.